

VIOLÊNCIA SEXUAL, DELINQUÊNCIA JUVENIL E PREJUÍZOS PSICOSSOCIAIS: IMPACTOS DA VITIMIZAÇÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.058-015>

Káthia Susana Almeida

Doutoranda em Sociologia

Universidade Federal do Paraná

E-mail: learning.and.business@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6487-274X>

Resumo

A violência sexual contra crianças e adolescentes representa uma das mais graves violações de direitos humanos, com repercussões profundas sobre a saúde mental, a formação identitária e a inserção social das vítimas. Este estudo, de caráter qualitativo e fundamentado em revisão bibliográfica, teve como objetivo analisar os impactos da vitimização sexual na infância e adolescência, destacando a relação entre violência sexual, delinquência juvenil e prejuízos psicossociais. A análise da literatura evidenciou que os efeitos imediatos da violência sexual se manifestam em sintomas de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático, comprometendo funções cognitivas e dificultando o desempenho escolar. Quando não diagnosticadas e tratadas, essas consequências avançam para dimensões sociais mais amplas, como isolamento, estigmatização e fragilidade dos vínculos afetivos. Observou-se, ainda, que a delinquência juvenil pode emergir como um desdobramento possível das experiências de vitimização precoce, sobretudo em contextos de exclusão e ausência de suporte institucional. Conclui-se que a violência sexual deve ser compreendida como um fenômeno de caráter estrutural, que demanda respostas interdisciplinares e políticas públicas integradas, capazes de prevenir, identificar e intervir de maneira efetiva. O enfrentamento exige não apenas responsabilização, mas também acolhimento qualificado e promoção da dignidade da infância e adolescência.

Palavras-chave: Adolescência; Delinquência Juvenil; Prejuízos Psicossociais; Violência Sexual.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma das mais graves violações de direitos humanos e se apresenta como um fenômeno persistente em diferentes contextos sociais. No Brasil, os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023) revelam que cerca de 70% das vítimas registradas têm menos de 18 anos, sendo em sua maioria do sexo feminino, o que evidencia a vulnerabilidade estrutural dessa população e a permanência de relações assimétricas de poder. Ao atingir sujeitos em fase de

desenvolvimento cognitivo, social e emocional, a violência sexual provoca rupturas profundas em trajetórias de vida, interferindo não apenas na saúde mental imediata das vítimas, mas também em sua capacidade de estabelecer vínculos, de se desenvolver academicamente e de se inserir socialmente.

As pesquisas científicas apontam que a vitimização precoce está associada ao surgimento de diversos transtornos psicológicos, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, distúrbios alimentares e ideação suicida (Habigzang; Koller, 2012; Macari *et al.*, 2024). Esses prejuízos psicossociais repercutem diretamente no desempenho escolar e na convivência comunitária, comprometendo funções cognitivas e emocionais essenciais à aprendizagem e à socialização. Ao mesmo tempo, observa-se que a violência sexual pode estar relacionada ao envolvimento em comportamentos de risco e em práticas infracionais na adolescência, ampliando a vulnerabilidade a trajetórias de delinquência juvenil (Patias; Silva; Dell’Aglia, 2016; Widom; Maxfield, 2001).

A relevância de investigar essa temática decorre da necessidade de compreender a violência sexual não apenas como um evento traumático individual, mas como um fator estruturante de ciclos de exclusão e marginalização social. Justifica-se, assim, a pertinência de um estudo que analise de forma articulada a relação entre violência sexual, delinquência juvenil e prejuízos psicossociais, de modo a ampliar a compreensão acadêmica e social acerca do problema e subsidiar políticas públicas de enfrentamento.

Parte-se da hipótese de que a vitimização sexual na infância e adolescência potencializa o surgimento de graves consequências psicossociais, como transtornos emocionais, dificuldades de escolarização e isolamento social, além de elevar a probabilidade de envolvimento em comportamentos delinquentes, não como destino inevitável, mas como resultado da interação entre múltiplos fatores de risco. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar os impactos da violência sexual no desenvolvimento de crianças e adolescentes, enfatizando suas repercussões na saúde mental, nos prejuízos psicossociais e na possibilidade de delinquência juvenil. Ao adotar uma perspectiva interdisciplinar, busca-se contribuir para o fortalecimento do debate científico e para a formulação de estratégias de prevenção e intervenção que rompam com a reprodução intergeracional da violência.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 VIOLENCIA SEXUAL E SEUS DESDOBRAMENTOS

A violência sexual é uma das formas mais complexas e devastadoras de violação de direitos humanos, com consequências que ultrapassam o campo físico e repercutem na vida emocional, social e identitária das vítimas. Trata-se de um fenômeno multicausal que se articula com relações de poder, desigualdades de gênero, contextos socioculturais e fatores estruturais, tornando-se, portanto, objeto de análise interdisciplinar (Minayo, 2017). No caso de crianças e adolescentes, a gravidade é ainda maior, pois

envolve sujeitos em processo de formação psíquica, cognitiva e social, cujo consentimento é juridicamente inválido e cuja vulnerabilidade os torna mais expostos à violência (Habigzang; Koller, 2012).

O conceito de violência sexual abarca diferentes práticas, incluindo o estupro, o assédio, a exploração sexual comercial, a pornografia infantil e o incesto. No contexto infantojuvenil, a literatura aponta que a maioria dos casos ocorre em ambientes de confiança, como o espaço familiar ou institucional, sendo praticados por pessoas próximas às vítimas, em um processo denominado *child grooming* (Finkelhor, 2014). Essa dinâmica reforça a assimetria de poder e contribui para o silêncio da vítima, que frequentemente sente medo, vergonha ou confusão diante da violência sofrida.

Os desdobramentos da violência sexual são multidimensionais. No âmbito psicológico, destacam-se o desenvolvimento de transtornos como depressão, transtorno de estresse pós-traumático, ideação suicida e estados dissociativos (Habigzang; Koller, 2012). Além disso, há implicações sociais, como isolamento, dificuldades de estabelecer vínculos afetivos, queda no desempenho escolar e estigmatização (Dell’Aglío; Koller, 2011). Do ponto de vista legal e político, a violência sexual demanda um enfrentamento que articule diferentes setores — justiça, saúde, educação e assistência social — de modo a garantir proteção integral às vítimas, conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) e pelas diretrizes da Organização Mundial da Saúde (WHO, 2020).

Outro aspecto central refere-se à reprodução dos ciclos de violência. Pesquisas apontam que crianças e adolescentes vitimizados sexualmente apresentam maior vulnerabilidade ao envolvimento com comportamentos de risco, uso de substâncias psicoativas e até delinquência juvenil (Patias; Silva; Dell’Aglío, 2016; Belsky *et al.*, 2020). Esse fenômeno, muitas vezes descrito como a *transmissão intergeracional da violência*, demonstra que a violência sexual não se restringe a um episódio isolado, mas pode marcar trajetórias de vida e perpetuar desigualdades sociais (Assis; Constantino, 2020).

Dessa forma, compreender a violência sexual e seus desdobramentos exige ultrapassar a dimensão individual e situar o fenômeno em um contexto mais amplo, que envolve desigualdades estruturais, patriarcado, ausência de políticas públicas efetivas e falhas no sistema de proteção. É nesse sentido que a produção acadêmica tem papel fundamental, não apenas para analisar os efeitos da violência, mas também para subsidiar estratégias de prevenção, intervenção e ressignificação, capazes de romper com os ciclos de vulnerabilidade que atingem crianças e adolescentes em diferentes contextos.

2.2 DELINQUÊNCIA JUVENIL COMO POSSÍVEL CONSEQUÊNCIA

A delinquência juvenil constitui um fenômeno complexo e multifatorial, que não pode ser reduzido a uma questão de escolha individual ou mera ausência de disciplina. Trata-se de um processo socialmente construído, marcado por vulnerabilidades estruturais, desigualdades socioeconômicas e experiências adversas precoces, entre as quais a violência sexual ocupa lugar de destaque. A literatura tem apontado que

crianças e adolescentes vitimizados em contextos de violência sexual apresentam maior risco de desenvolver comportamentos infracionais e condutas de risco, o que se deve tanto aos impactos psíquicos do trauma quanto à ausência de suporte social adequado (Patias; Silva; Dell’Aglío, 2016).

As teorias criminológicas contribuem para compreender esse processo. A perspectiva do *ciclo de violência*, por exemplo, defende que a experiência de vitimização pode ser internalizada e reproduzida posteriormente em práticas agressivas ou delitivas (Widom; Maxfield, 2001). Essa hipótese é corroborada por estudos longitudinais que indicam associação significativa entre abuso sexual na infância e maior probabilidade de envolvimento em delitos durante a adolescência e juventude (Lalor; McElvaney, 2010). Além disso, estudos longitudinais apontam que traumas precoces e a vitimização severa deixam marcas profundas no desenvolvimento básico. Sob essa ótica, adolescentes afetados por tais violências apresentam maior vulnerabilidade ao envolvimento com comportamentos de risco, uso de substâncias psicoativas e, em níveis mais graves, à delinquência juvenil (Belsky *et al.*, 2020).

No contexto brasileiro, pesquisas revelam que a trajetória de adolescentes em conflito com a lei está fortemente relacionada à vivência de múltiplas violências, sendo a sexual uma das mais devastadoras (Assis; Constantino, 2020). Essa realidade evidencia que a delinquência juvenil deve ser entendida como uma consequência possível da combinação entre vitimização precoce, falhas na rede de proteção e desigualdades estruturais. Ademais, a criminalização desses jovens, em vez de políticas de cuidado e prevenção, tende a reforçar os ciclos de exclusão social e reincidência (Batista, 2011).

Outro ponto relevante refere-se à relação entre vitimização sexual e uso de substâncias psicoativas, frequentemente observada em adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. O uso de drogas, muitas vezes, surge como estratégia de anestesiamento da dor psíquica ou de inserção em grupos sociais alternativos, mas acaba por potencializar a vulnerabilidade ao sistema de justiça juvenil (Dell’Aglío; Koller, 2011).

Assim, a delinquência juvenil não deve ser interpretada como destino inevitável de vítimas de violência sexual, mas como uma das manifestações possíveis de trajetórias marcadas por rupturas afetivas, ausência de suporte institucional e exclusão social. Reconhecer essa conexão é fundamental para superar visões reducionistas e propor políticas públicas que articulem justiça, saúde, educação e assistência social, promovendo tanto a responsabilização quanto a reinserção social, com foco na prevenção de novos ciclos de violência.

2.3 PREJUÍZOS PSICOSSOCIAIS

Os prejuízos psicossociais decorrentes da violência sexual na infância e adolescência não se limitam a traumas imediatos, mas configuram impactos de longo prazo que interferem de maneira significativa nos processos de desenvolvimento humano, socialização e construção da identidade. Trata-se de consequências

que atravessam dimensões cognitivas, emocionais, relacionais e sociais, podendo comprometer tanto a saúde mental quanto as possibilidades de integração social da vítima (Dell’Aglío; Koller, 2011).

Do ponto de vista psicológico, a literatura aponta uma forte correlação entre vitimização sexual e a ocorrência de transtornos como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático, distúrbios alimentares e ideação suicida (Habigzang; Koller, 2012; Macari *et al.*, 2024). Esses transtornos tendem a comprometer funções cognitivas básicas, como atenção, memória e concentração, refletindo diretamente no desempenho escolar e nas interações sociais. Além disso, a exposição precoce à violência sexual afeta a autoestima, levando à internalização de sentimentos de culpa, vergonha e estigmatização (Finkelhor; Browne, 1985).

No âmbito social, os prejuízos psicossociais manifestam-se por meio da dificuldade em estabelecer vínculos afetivos saudáveis, do isolamento e da desconfiança em relação às figuras de autoridade, fatores que podem dificultar a reintegração da vítima em espaços institucionais, como escola e comunidade (Assis; Constantino, 2020). Muitas vezes, a ausência de suporte adequado e a revitimização em instituições judiciais e de saúde reforçam o ciclo de exclusão social, ampliando a vulnerabilidade a comportamentos de risco, como uso de substâncias psicoativas, evasão escolar e envolvimento em práticas infracionais (Patias; Silva; Dell’Aglío, 2016).

É importante destacar que tais consequências não se restringem ao plano individual, mas possuem repercussões coletivas. A violência sexual e seus efeitos psicossociais produzem impactos nos sistemas de saúde, educação e justiça, além de gerar elevados custos sociais e econômicos associados à perda de produtividade, ao aumento da demanda por serviços especializados e ao risco de perpetuação intergeracional da violência (WHO, 2020). Nessa perspectiva, compreender os prejuízos psicossociais exige uma abordagem interdisciplinar que considere as dimensões subjetivas da experiência traumática e, simultaneamente, os condicionantes estruturais que a intensificam.

Assim, os prejuízos psicossociais não podem ser vistos apenas como consequências secundárias da violência sexual, mas como elementos centrais para o entendimento do ciclo de vulnerabilidade que atinge crianças e adolescentes vitimizados. A análise crítica desses impactos reforça a urgência de políticas públicas integradas que assegurem prevenção, diagnóstico precoce e atendimento psicossocial qualificado, de modo a romper com a reprodução de desigualdades e garantir condições para a ressignificação da experiência traumática e a promoção da dignidade humana.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, fundamentado em revisão bibliográfica. Esse tipo de abordagem foi escolhido por possibilitar a análise crítica de diferentes produções científicas e institucionais que tratam da violência sexual na infância e adolescência, da

delinquência juvenil e dos prejuízos psicossociais decorrentes desses fenômenos. Conforme destaca Gil (2019), a pesquisa bibliográfica permite reunir, interpretar e discutir conhecimentos já sistematizados, constituindo um método adequado quando se busca aprofundar a compreensão teórica de um problema social complexo.

Para a construção do referencial teórico, foram selecionados artigos científicos, livros especializados, teses, dissertações e relatórios técnicos de organismos nacionais e internacionais, tais como Organização Mundial da Saúde (WHO) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A escolha dessas fontes justifica-se pela relevância acadêmica e social do tema, bem como pela necessidade de dialogar com perspectivas interdisciplinares, envolvendo áreas como psicologia, educação, criminologia, saúde e direito.

O processo de levantamento das referências ocorreu por meio de buscas nas bases SciELO, Google Acadêmico, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), CAPES Periódicos e PubMed, utilizando descritores como: *violência sexual, abuso sexual infantil, delinquência juvenil, ato infracional, prejuízos psicossociais e transtorno de estresse pós-traumático*. Os termos foram combinados com operadores booleanos (AND/OR), de modo a ampliar a abrangência e, ao mesmo tempo, refinar os resultados.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: publicações em português, inglês e espanhol, entre os anos de 2005 e 2025, que abordassem direta ou indiretamente a relação entre violência sexual, adolescência, delinquência juvenil e consequências psicossociais. Como critérios de exclusão, optou-se por desconsiderar materiais repetidos, artigos de opinião sem respaldo empírico, textos jornalísticos e trabalhos que tratassem exclusivamente de violência sexual em adultos, sem foco na infância e adolescência.

Após a triagem inicial, realizou-se uma leitura exploratória dos resumos para verificar a pertinência, seguida de uma leitura seletiva e crítica do conteúdo integral dos trabalhos selecionados. Essa leitura foi orientada pela identificação de categorias temáticas, alinhadas aos objetivos do estudo: (i) violência sexual e seus desdobramentos; (ii) delinquência juvenil como possível consequência; e (iii) prejuízos psicossociais. A análise comparativa dos diferentes achados buscou evidenciar convergências, lacunas e contradições na literatura, favorecendo a construção de uma reflexão integradora e crítica.

Assim, a metodologia adotada permitiu reunir uma base teórica sólida e atualizada, capaz de sustentar a discussão acerca das implicações da violência sexual no desenvolvimento infantojuvenil e de sua relação com os processos de delinquência juvenil e de exclusão psicossocial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura científica evidencia que a violência sexual na infância e na adolescência configura-se como uma experiência traumática de grande impacto, cujas repercussões ultrapassam o momento do ato violento e se prolongam ao longo da vida. No Brasil, os dados do Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (2023) apontam que cerca de 70% das vítimas de violência sexual têm menos de 18 anos, sendo a maioria meninas, o que confirma a forte interseção entre gênero, idade e vulnerabilidade social. Tal realidade reforça a necessidade de compreender a violência sexual como um fenômeno que não se restringe ao âmbito individual, mas que deve ser situado no contexto das desigualdades estruturais e da fragilidade das redes de proteção.

No plano individual, os prejuízos são múltiplos. Pesquisas revelam que crianças e adolescentes vitimizados apresentam altos índices de transtornos como depressão, ansiedade, dissociação e, sobretudo, transtorno de estresse pós-traumático, que compromete funções cognitivas básicas — atenção, memória e regulação emocional — e afeta diretamente o desempenho escolar (Habigzang; Koller, 2012; Macari *et al.*, 2024). Nesse sentido, o ambiente escolar se torna um espaço privilegiado tanto para a detecção de sinais quanto para a oferta de suporte inicial. Entretanto, como destacam Inoue e Ristum (2008), a ausência de preparo de educadores ainda constitui barreira significativa para a identificação precoce dos casos, prolongando o sofrimento psíquico das vítimas.

Outro achado recorrente na literatura é a associação entre vitimização sexual precoce e delinquência juvenil. Embora não exista determinismo, estudos longitudinais indicam que adolescentes expostos a abusos apresentam maior vulnerabilidade ao envolvimento em condutas infracionais, devido ao enfraquecimento dos vínculos afetivos, à desregulação emocional e ao contato precoce com contextos de risco (Widom; Maxfield, 2001; Patias; Silva; Dell’Aglío, 2016). A perspectiva do *ciclo da violência* reforça a ideia de que a violência vivida tende a se converter, em parte dos casos, em violência reproduzida, configurando uma das vias possíveis de internalização do trauma.

As consequências psicossociais não se limitam ao campo da saúde mental. Estudos demonstram que adolescentes vitimizados sexualmente apresentam maior probabilidade de evasão escolar, isolamento social, uso de substâncias psicoativas e práticas sexuais de risco (Dell’Aglío; Koller, 2011; Lalor; McElvaney, 2010). A combinação desses fatores contribui para a perpetuação de trajetórias de exclusão social, marginalização e revitimização, produzindo um efeito cumulativo que reforça o caráter intergeracional da violência (Assis; Constantino, 2020).

Portanto, os resultados discutidos indicam que a violência sexual na infância e adolescência não deve ser compreendida como um episódio isolado, mas como um fenômeno de caráter multidimensional, capaz de comprometer de forma profunda o desenvolvimento subjetivo e social das vítimas. A associação entre vitimização, delinquência juvenil e prejuízos psicossociais reforça a necessidade de respostas interdisciplinares, envolvendo saúde, educação, justiça e assistência social, para romper os ciclos de violência e promover condições efetivas de ressignificação e reintegração social.

5 CONCLUSÃO

A análise realizada ao longo deste estudo permitiu compreender que a violência sexual na infância e na adolescência não se restringe a um episódio traumático isolado, mas constitui um fenômeno social complexo, atravessado por fatores culturais, estruturais e institucionais que perpetuam ciclos de vulnerabilidade. O abuso sexual, ao incidir sobre sujeitos em processo de formação, compromete dimensões centrais do desenvolvimento humano, gerando marcas que se expressam no corpo, na subjetividade e nas relações sociais. Os achados indicam que os efeitos imediatos, como ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático, tendem a evoluir para prejuízos psicossociais persistentes quando não há intervenção adequada, alcançando a esfera educacional, comunitária e afetiva.

Um dos pontos mais relevantes identificados é a associação entre vitimização sexual e maior propensão ao envolvimento em comportamentos delinquentiais na adolescência. Ainda que não se trate de uma relação determinista, a literatura aponta que a violência sofrida fragiliza mecanismos de regulação emocional, rompe vínculos de confiança e favorece inserções em contextos de risco, nos quais a delinquência juvenil emerge como uma resposta possível diante da ausência de suporte e de oportunidades. Nesse sentido, a delinquência deve ser compreendida não como falha moral do indivíduo, mas como expressão de trajetórias interrompidas pela violência, pela exclusão social e pela ineficiência das políticas de proteção.

Do ponto de vista psicossocial, os impactos da violência sexual revelam-se em camadas: no âmbito escolar, com a queda do desempenho e o isolamento; nas relações familiares, com a ruptura de laços de confiança; e no espaço comunitário, com a estigmatização e a revitimização. Essa dinâmica, quando não enfrentada, amplia o risco de perpetuação intergeracional da violência, em um ciclo que envolve dor, silêncio e reprodução de práticas abusivas. Assim, mais do que identificar as consequências individuais, torna-se fundamental reconhecer a violência sexual como problema de saúde pública e de direitos humanos, que exige respostas sistêmicas e não fragmentadas.

A conclusão que se impõe é a de que romper esse ciclo requer a articulação de políticas públicas de caráter intersetorial, capazes de integrar saúde, educação, assistência social e justiça em estratégias de prevenção, acolhimento e intervenção. Isso inclui desde a formação de profissionais para a identificação precoce de sinais até a criação de dispositivos comunitários de proteção e de acompanhamento psicossocial prolongado. É preciso também avançar na responsabilização dos agressores, sem desconsiderar o acolhimento humanizado das vítimas, que muitas vezes enfrentam a revitimização institucional ao buscar ajuda.

Em síntese, a violência sexual contra crianças e adolescentes demanda ser pensada em toda a sua complexidade. Os resultados deste estudo reforçam que a vitimização precoce, quando não enfrentada, fragiliza subjetividades, favorece trajetórias de delinquência juvenil e aprofunda prejuízos psicossociais de

difícil reversão. O desafio posto à sociedade, às políticas públicas e à comunidade científica é o de transformar essa realidade por meio de uma atuação contínua e interdisciplinar, comprometida não apenas com a reparação, mas com a promoção efetiva da dignidade humana e da proteção integral prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente.

REFERÊNCIAS

ASSIS, S. G. de; CONSTANTINO, P. **Impactos da Violência na Saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2020.

BATISTA, N. **Adolescentes em Conflito com a Lei**: do direito menorista ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BELSKY, J.; CASPI, A.; MOFFITT, T. E.; TEMRIN, R. **The Origins of You**: how childhood shapes later life. Cambridge: Harvard University Press, 2020.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.

DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. (org.). **Adolescência e Juventude**: vulnerabilidade e contextos de proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

FINKELHOR, D. Sexual Victimization: a research overview. **NIJ Journal**, n. 253, p. 1-8, 2014. Disponível em: <https://nij.ojp.gov>.

FINKELHOR, D.; BROWNE, A. The Traumatic Impact of Child Sexual Abuse: a conceptualization. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 55, n. 4, p. 530-541, 1985. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1985.tb02703.x>

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br>.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H. **Violência contra Crianças e Adolescentes**: teoria, pesquisa e prática. Porto Alegre, Artmed, 2012.

INOUE, S. R. V.; RISTUM, M. Violência Sexual: caracterização e análise de casos revelados na escola. **Estudos de Psicologia**, v. 25, n. 1, p. 11-21, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2008000100002>

LALOR, K.; McELVANEY, R. Child Sexual Abuse, Links to Later Sexual Exploitation/High-Risk Sexual Behavior, and Prevention/Treatment Programs. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 11, n. 4, p. 159-177, 2010. DOI: <https://doi.org/10.1177/1524838010378299>

MACARI, M. Dal B. et al. Influência do Trauma na Infância sobre a Saúde Mental. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 2, p. 2241-2249, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n2p2241-2249>.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e Saúde**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017.

PATIAS, N. D.; SILVA, D. G. DA; DELL'AGLIO, D. D. Exposição de Adolescentes à violência: impactos no desenvolvimento e saúde mental. In: DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H. **Adolescência e Juventude Brasileira**: vulnerabilidade e contextos de proteção. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2016. P. 45-62.

WIDOM, C. S.; MAXFIELD, M. G. **An Update on the Cycle of Violence**. Washington: National Institute of Justice, 2001. Disponível em: <https://nij.ojp.gov/library/publications/update-cycle-violence>

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Global Status Report on Preventing Violence Against Children**. Geneva: WHO, 2020.